

Poder, amor, posse, Montaigne e Maquiavel

O poder não tem limites.

Tiberius Caesar

A palavra *poder* emerge do Indo Europeu **poti*, que indicava a figura do chefe tribal – aquele que submetia as outras pessoas. O seu poder face aos outros não era apenas uma questão de força, pois fisicamente uma pessoa não é capaz de submeter um grupo de outras.

A raiz Indo Europeia de **poti*, **p*, indicava a ideia de *purificação* – daí, ainda, as nossas palavras Latinas *puro*, *opus* – assim como *obra*, *potência*,

paz, posteridade e pão.

A ideia de *purificação* e com ela a do chefe tribal, do líder, indica que o *poder* era geralmente estabelecido pelo respeito a quem assegurava um bom relacionamento com os deuses, isto é, a quem detinha um conhecimento mais aprofundado da Natureza e o seu modo de operar.

Poder é *controlo* e, portanto, a chave para o entendimento da sua natureza está no princípio da *troca*. Qualquer que seja o poder, ele inevitavelmente implicará uma acção sem troca, sem equilíbrio, sem compensação pelo que é feito.

O poder é sempre assimétrico.

Segundo a tese de Marcel Mauss, não há prendas que não impliquem uma troca. Sempre que alguém dá alguma coisa a outra pessoa, está automática e, muitas vezes, inconscientemente negociando uma espécie de dívida, ainda que a

ela seja subtil e aparentemente inexistente. A alegria daquele que recebe implica uma dívida, que estabelece laços de obrigação, laços de fraternidade.

Por isso, diz-se que uma pessoa que não agradece pelo recebimento de um presente é mal educada, rude.

Mas, não é isso o que acontece com o poder. Com ele não há troca, não há dívida que possa ser saldada, mas apenas um servir de *mão única*. No poder, não há lugar para *agradecimento*, mas sim para algum tipo de *veneração*, ainda que, por vezes, aconteça de forma subtil e escondida.

Quando alguém exerce poder sobre outra pessoa através de prendas e favores, esse *controlo* através da obrigação indica que há um desequilíbrio na acção, uma dívida.

Mas, não se trata de controlo mecânico, pois o poder implica volição. E todo o poder implica,

ainda, algum grau de entorpecimento.

Entretanto, seguindo os passos desenhados por Charles Sanders Peirce, a natureza do poder é geralmente revelada através de três vias, três tendências fundamentais, três grandes categorias de conhecimento: a qualidade; o conhecimento; e a posse, ou domínio.

Em outras palavras: as emoções, especialmente numa espécie de espectro entre terror e amor; a capacidade de estabelecer estratégias que seriam úteis à pessoa ou à comunidade; ou a posse de bens materiais.

Sentimentos e emoções são processados no *sistema límbico* dos nossos cérebros, o nosso sector cerebral mamífero.

Nesse universo de sentimentos e emoções, o poder implica consentimento voluntário ou coacção – geralmente por medo ou por amor.

inevitavelmente, perdida.

As pessoas ficam entorpecidas pelo medo e se orientam no sentido do déspota, a seu favor. Tanto elas como o sanguinário ditador possuem uma forte identidade, num complexo onde todas as relações humanas são diferenciadas, identificáveis – do *lúmpen* àquele que se mortifica mas não pode reagir.

Neste caso, o jogo é essencialmente de *soma zero*, num dinâmico encadeamento de perdedores e ganhadores.

Mas, há pessoas que livremente se submetem ao déspota, por amor.

Ditadores terríveis como Hitler, Mussolini, Estaline ou Mao Tse Tung são exemplos interessantes de como milhões de pessoas podem sentir amor no terror.

Não há poder sem identidade, sem

diferença.

Quando o poder é estabelecido pelo repertório, pelo conhecimento – tal como defendia Francis Bacon – há um outro tipo de entorpecimento, mais instável, volátil e poderoso.

Aqui, o consentimento emana como espécie de livre vontade daquele que segue e, se não todos, muitos de nós já o experimentamos junto aos nossos mestres mais queridos – trata-se de um outro nível de *amor*.

Quando tal acontece, temos – também essencialmente – um jogo de *soma não zero*. Não há perdedores ou ganhadores no amor.

As remotas origens da palavra *amor* estarão no Indo Europeu **kam* – que indicava, na sua raiz, a ideia do *movimento cósmico*, do *envolvimento da vida* e, assim, também a *felicidade*. Dessa antiga raiz, emergiram as palavras *céu*, *cielo* em Italiano, *caelum* em Latim; *cor* e *calor*; e *amor*, tendo, neste

filha de Urano, personificação do céu, das estrelas, do cosmos, do que se conhece na Natureza. Urano era o elemento fecundo, nascedouro por excelência. Pois teriam sido os seus órgãos sexuais, provedores da potência do nascimento, que – cortados por Cronos, o tempo – caíram nas mais profundas águas do mar e delas, nascida das imprevisíveis ondas, surgiu Afrodite.

A potência do nascimento das coisas que, mergulhada em águas profundas, faz surgir uma deusa, deusa do maravilhamento, do envolvimento total, da eliminação de fronteiras precisas. Nada disso seria possível sem o repertório, o conhecimento, que é fornecido pelo tempo, na figura de Cronos, que é elaboração, construção – pois sem a emergência de elementos diferenciais não há tempo, não há percepção.

O mesmo corte desferido por Cronos, elemento de interrupção, movimento descontínuo, possibilitou a potência do nascimento.

O facto do repertório possuir essas duas faces, uma positiva e outra negativa, acontece simplesmente porque tudo o que existe tem uma natureza dual.

Isso não significa dizer que o domínio de repertório implica automaticamente alto poder. Muitos sábios simplesmente desapareceram no esquecimento e nunca tiveram qualquer poder durante as suas vidas.

Tratando-se do poder *positivo* emanado do *repertório*, estarão as suas raízes em algo que poderá enriquecer uma comunidade, um amigo, um líder – um *conteúdo*, tal como evidenciou a literatura – ou será a *fama*, que é a *presença sem corpo*, superficial.

A expressão Grega Dórica *phama*, de onde surgiu a palavra *fama*, significava algo que é *revelado*, *divulgado*, e apenas mais tarde se tornaria mito, já em Roma, tão magnificamente ilustrado por Ovídio e Virgílio.

Fama era, então, filha de Gaia, Terra, nosso planeta. Vivia num palácio de sons, inteiramente feito em bronze, com mil orifícios através dos quais todas as informações eram ouvidas, amplificando tudo o que era falado pelos seres humanos. Assim, a deusa vivia cercada pelo *Erro*, pela *Credulidade*, pela *Sedução* e pelos *Falsos Boatos* entre outras misteriosas entidades. Tinha asas e, portanto, era ligada à morte – àquilo que, tal como a própria fama, existe *sem corpo*. Essa liberdade face à vida a permitia viajar rapidamente para qualquer lugar do Cosmos.

Fama é a presença alada, liberta do seu objecto – puro signo, pura comunicação, mas também pura superficialidade.

Uma pessoa famosa possui um poder descorporificado, desencarnado: é aquilo que se *diz* dela, como mostrava a deusa.

Face a essa enigmática, encantadora e etérea

presença – como a voz – muitos fazem o que ela desejar, obedecendo sem necessidade de troca.

Ao contrário da superficialidade que caracteriza a fama, o repertório – enquanto domínio de ideias e estratégias – implica um contínuo exercício de descoberta, no desvendar das relações entre todas as coisas.

Maquiavel defendia que «um príncipe não deve temer a má fama de ser cruel, desde que por ela mantenha os seus súbditos unidos e leais...» e colocava uma séria questão: «se é melhor ser temido que amado, ou o contrário? A resposta é de que seria necessário ser ambas as coisas; mas, como é difícil as reunir, é muito mais seguro ser temido do que amado».

Mas, há uma terceira categoria de poder que, num certo sentido, implica as outras duas: a *posse*.

Quando se possui bens materiais, também

Para além da violência, outra das soluções mais comuns para a busca de identidade é o consumo.

Por isso, sociedades com um baixo sentido de identidade entre os seus indivíduos, geralmente mais violentas, muitas vezes acabam por também se revelar fortemente consumistas.

Possuímos um automóvel da moda, por exemplo, e ele é um artefacto conhecido das pessoas, faz parte do imaginário colectivo, da rede de inteligência. Uma pessoa que possui muitas coisas é um verdadeiro acumulador de referências. Quando identificadas, essas referências são tomadas como indicadores de conhecimento, não em termos pessoais – pois, em algum sentido, os objectos se tornam *conteúdo* das pessoas.

A identidade gerada pelo consumo é degenerada, fenómeno de segunda instância, tal como acontece com a metáfora e, portanto, superficial.

Todo o consumismo é superficial por excelência.

Numa terceira instância, agora enquanto *conteúdo*, aqueles objectos indicam uma potencial capacidade de domínio – vulgarmente conhecido como *poder de compra* – e, portanto, surgem como indicador de potencial controlo sobre outras pessoas. Em diferentes palavras, trata-se da manifestação do potencial de controlar e intervir na vida privada de terceiros por parte do possuidor de bens.

Por mais que esse fenómeno tenha se tornado vulgar e global, o poder que emerge da acumulação de bens não é comum a todas as sociedades.

Quando, em 1562, Montaigne se encontrou com três índios Brasileiros que tinham sido levados à Rouan, França, perguntou quais seriam os privilégios do chefe. Um dos indígenas, ele

próprio um chefe, respondeu orgulhosamente: ser o primeiro a caminhar para a guerra.

Em certas tribos indígenas Brasileiras, o papel fundamental do chefe é nada possuir. Assim, ele se torna o receptor exclusivo de todas as oferendas destinadas à tribo e assume a função de *distribuidor* entre os membros da comunidade. Ele conhece bem cada pessoa e pode facilmente detectar as mais diferentes necessidades entre as mais diversas personalidades.

A acumulação de bens como manifestação de dominação acontece de forma mais evidente nas sociedades letradas, onde o conteúdo, a predicação, a ilusão da contiguidade se manifestam como traço cognitivo fundamental.

Por essa via, ao longo de milhares de anos, esse misterioso e complexo fenómeno conhecido como *poder* tem sofrido as mais ricas variações combinatórias de todos esses elementos.

O antropólogo Arjun Appadurai reforçaria a ideia de o consumo ser fundamentado no princípio da *repetição*, «porque o corpo é a arena íntima para as práticas de reprodução».

Todo o processo cognitivo é fortemente fundamentado na *repetição*, tal como já mostrara com clareza Freud. Num pequeno livro sobre a história do *design* do tempo, de 1983, eu fiz algumas reflexões sobre a *repetição* como elemento cognitivo básico.

O mais interessante, entretanto, é resgatar as ideias de Appadurai quanto a uma relação biológica, metabólica, entre o princípio de *reprodução* – mesmo a reprodução celular – e o consumo, tudo ligado à *repetição*.

Existindo, portanto, uma tal relação entre objecto e pessoa, quanto mais trocas de objectos, maior a sensação de rejuvenescimento. Por isso, Claude Lévi-Strauss dizia que os Americanos eram espécies de crianças sempre em busca de

novidades.

Assim, a disputa pela nomeação a candidato presidencial pelo Partido Democrata nos Estados Unidos em 2008, deu grande vantagem a Barak Obama, cuja imagem era de um adolescente revoltado, em oposição a Hillary Clinton, que fazia a envelhecida figura da mãe da nação. Obama aprendeu com Bill Clinton e o seu saxofone, e até mesmo com Richard Nixon quando se apresentou na televisão para tocar piano, como um adolescente mostrando os seus dotes inesperados.

Possuir um objecto implica uma espécie de *presença*. Por isso, o consumo implica poder e o superconsumo generalizado implica poder distribuído em baixa intensidade em fluxo contínuo.

Essa é a lógica do universo *low cost*, das redes de redes de computadores em *tempo real* ou da tendência global de distribuição de energia – tudo enfeixado num mesmo processo.

a ser defendido por Francis Fukuyama, inspirado nas ideias de Hegel um século antes, mas sobre a sua superação enquanto tecnologia através da super informação.

Por outro lado, *Alto Poder* – seja ele de natureza liberal, totalitária, democrática ou religiosa – indica o desígnio da história, a emergência do *personagem*, a constituição da cidade – é o que encontramos, por exemplo, na figura de Imhotep, nos antigos reis das mais diversas civilizações, em Júlio César, Napoleão Bonaparte, em governantes, empresários, artistas e assim por diante.

Como ensina a *Teoria dos Jogos*, a natureza do poder é determinada pela estrutura do jogo.

Esquecemo-nos, muitas vezes, de que a estrutura desse jogo nada mais é que uma questão essencialmente estética, pois a ordem daquilo que percebemos, a estrutura do que conhecemos, é a ordem geral do que somos, indicando a natureza do poder e os seus possíveis enfeixamentos

combinatórios.

Enquanto que para os índios Brasileiros visitados por Montaigne era perfeitamente natural o papel do chefe ser o primeiro a se sacrificar – tal como acontecia com o Mahatma Gandhi quando defendia que «presidente significa servidor chefe» – Maquiavel defendia existirem duas formas básicas para um príncipe preservar a subserviência dos seus súbditos: através das leis ou pela força.

Poder não é substantivo, mas relacional.

Quando tratamos de poder, tratamos sempre de relações, tal como acontece quando lidamos com a linguagem, qualquer que seja a sua natureza.